

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Comunicação Interna nº 27/2024- ID Nº 748183

Termo de Referência SAP nº 1000000009

Complemento: Participação no Curso Prático de Elaboração de Pareceres Jurídicos

À DPR,

1. Considerando a necessidade contínua de aprimoramento dos colaboradores envolvidos na emissão de pareceres desta empresa pública, ante a complexidade da matéria portuária e constante necessidade de atualização acerca das normas e entendimentos jurisprudenciais aplicáveis às licitações e contratos, solicitamos autorização para contratação de (6) vagas para participação no Curso Prático de Elaboração de Pareceres Jurídicos na Nova Lei de Licitações, ministrado pelo Grupo CLG Treinamento Profissional Ltda.

2. O art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016 dispõe, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades,

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

3. De acordo com o artigo supramencionado, quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de competição entre os possíveis fornecedores de bens ou serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se tal procedimento, este deverá estar sempre devidamente fundamentado, especialmente quanto à justificativa de escolha do fornecedor e a justificativa do preço da contratação.

4. No caso em tela, o que se pretende é a participação no Curso Prático de Elaboração de Pareceres Jurídicos na Nova Lei de Licitações, ministrado pelo Grupo CLG Treinamento Profissional Ltda., amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de curso de capacitação ministrado por instituição notoriamente especializada, ao considerar que a formatação deste curso possui aspectos impassíveis de comparação, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a capacidade dos professores, entre outros.

5. Conforme devidamente justificado no Termo de Referência, o objetivo ao proporcionar a participação dos colaboradores no curso é viabilizar a constante qualificação e aprimoramento dos empregados públicos envolvidos na emissão de pareceres, visando uma atuação segura e que contribua para a eficácia e manutenção das melhores práticas nos processos.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

6. Além disso, ao oferecer a devida capacitação aos funcionários tem-se melhorias de produtividade, uma vez que a partir do treinamento, os colaboradores adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para sua atividade profissional.

7. Não obstante, a fim de atender ao disposto no art. 30, §3º, II da Lei nº 13.303/2016, convém destacar que a escolha do Instituto Negócios Públicos decorre da *expertise* em conteúdos sobre Licitações, Contratos, Direito Financeiro, Estatais e Gestão Pública em geral. O Grupo tem como objetivo possibilitar a oferta de cursos de capacitação de excelência para servidores públicos e profissionais da área privada, a um valor bem mais acessível em comparação aos que são praticados no mercado.

8. Ainda, em que pese a prescindibilidade de realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei nº 13.303/2016 dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

9. Ao tratar da justificativa de preço, o Tribunal de Contas da União prescreve:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8666/93) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”
(Acórdão 2993/2018-Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

10. Compulsando a página de divulgação do curso¹, verifica-se que o valor de inscrição para participação é de R\$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais) por vaga. Contudo, a cada três inscrições, é disponibilizado mais uma vaga sem custo, razão pela qual a proposta ficou dessa forma:

¹ <https://grupoclg.com.br/curso-elaboracao-parecer-juridico-nova-lei-licitacoes/>
Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

| CURSO: | Valor por aluno | Valor para 6 alunos |
|---|-----------------|---|
| ELABORAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES | R\$ 997,00 | R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais) |

11. Ante o exposto, o preço resta justificado, e o processo seguirá instruído com toda a documentação necessária.

Paranaguá, 09 de fevereiro de 2024

BARBARA PRISCILA KAISER
Assinatura digital

MARIA AUGUSTA MENDES GONÇALVES DA SILVA
Assinatura digital

RODRIGO LASCOSK BISCAIA
Assinatura digital

ROSSANO REOLON
Assinatura digital

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS
Assinatura digital

YASMIN CARLIM ANTUNES
Assinatura digital

COMUNICAÇÃO INTERNA 1092/2024.

Documento: **CI272024contratacaodecursoparaelaboracaodepareceresDJUeGARR.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 09/02/2024 13:56 Local: APPA/CCONT, **Rossano Reolon (XXX.262.700-XX)** em 09/02/2024 14:37.

Assinatura Simples realizada por: **Yasmin Carlim Antunes (XXX.200.049-XX)** em 09/02/2024 11:36, **Maria Augusta Mendes Goncalves da Silva (XXX.534.059-XX)** em 09/02/2024 14:05, **Barbara Priscila Kaiser (XXX.431.219-XX)** em 09/02/2024 14:09, **Rodrigo Lascosk Biscaia (XXX.885.239-XX)** em 09/02/2024 14:27.

Inserido ao documento **748.183** por: **Yasmin Carlim Antunes** em: 09/02/2024 11:35.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
4799d8c9947fcd4e00785d57ca2b613c.